

ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA BANCO DO BRASIL MACEIÓ - ALAGOAS

REGIMENTO INTERNO

Art. 1º - A Associação Atlética Banco do Brasil de Maceió - Alagoas, reger-se-á por seu Estatuto, este regimento interno e pelas demais deliberações de seus órgãos;

Art. 2º - O presente regimento interno tem por finalidade estabelecer normas para o uso das dependências do clube, definir atribuições, regulamentar disciplina e complementar a ação do Estatuto Social.

Art. 3º - A obrigatoriedade do cumprimento das normas expressas neste regimento interno será absoluta por parte dos associados, seus dependentes e convidados, sem privilégios ou exceções.

DOS ASSOCIADOS

Art. 4º - A AABB Maceió - AL é formada pelas seguintes categorias de associados:

- I. EFETIVOS - funcionários do Banco do Brasil, aposentados e pensionistas que recebam benefícios de entidade de previdência complementar patrocinada pelo Banco do Brasil;
- II. PARENTES - parentes, até terceiro grau, dos associados efetivos;
- III. COMUNITÁRIOS - pessoas da comunidade;
- IV. BENEMÉRITOS – pessoas que tiverem prestado serviço de excepcional relevância à Associação, indicados pelo Conselho de Administração ao Conselho Deliberativo para homologação por maioria absoluta de seus membros.

§ 1º Fica vedada a instituição de categorias associativas ou venda de títulos de quaisquer denominações ou modalidades que deem ou possam representar conotação de direito patrimonial.

§ 2º Admitir-se-á, em todas as categorias, a modalidade de associado individual, assim considerado pessoa solteira e ex-dependente de associado.

§ 3º - O associado individual pagará mensalidade equivalente a 50% do valor da mensalidade do associado comunitário e não terá direito a quota de convites de que trata o parágrafo primeiro, do art. 29.

Art. 5º - Para que se efetue a admissão no quadro de associados o proponente terá que:

- a) preencher proposta solicitando sua admissão;
- b) apresentar documento de identidade e CPF;
- c) anexar documentação comprobatória dos dependentes;
- d) efetuar pagamento de taxa de adesão e mensalidade em favor da associação;

- e) anexar 1 (uma) foto 3 x 4 sua e de cada dependente;
- f) ter aprovada sua admissão pelo Conselho de Administração;
- g) manter conta corrente em uma das agências do Banco do Brasil ou cartão de crédito de sua titularidade;
- h) comprovar seu parentesco com associado efetivo, para os proponentes a sócio parente.

Art. 6º - O associado e o dependente com mais de 5 (cinco) anos de idade deverá portar carteira social.

Parágrafo único - A expedição da carteira social será feita mediante o pagamento de taxa estabelecida pelo Conselho de Administração.

Art. 7º - O ex dependente de associado em dia com suas obrigações que, a qualquer momento, optar pela associação ao Clube fica dispensado de taxa de adesão, uma única vez.

Art. 8º - A readmissão de associado deverá observar a forma prevista para a admissão e estará sujeita ao pagamento de uma taxa equivalente ao valor das mensalidades acumuladas no período em que o mesmo esteve ausente, se dentro dos 12 primeiros meses.

Art. 9º - As informações prestadas pelo proponente, quando da apresentação de sua proposta de admissão, são de sua inteira responsabilidade, devendo ser apreciadas dentro do que estabelece este Regimento Interno, sujeitando-se, em caso de informações inverídicas, às sanções previstas em Lei.

DOS DEPENDENTES

Art. 10º - São dependentes dos associados;

- I. o cônjuge;
- II. os filhos, enteados, tutelados enquanto menores de 24 anos;
- III. o companheiro ou companheira, desde que comprovado pelos meios legais;
- IV. o pai ou mãe, sogro ou sogra acima de 65 anos, que vivam sob a dependência econômica e financeira do associado;
- V. os portadores de necessidade especiais, independentemente da idade, que vivam na dependência econômica e financeira do associado;

§ 1º - Salvo quanto aos direitos que devem ser exercidos pessoalmente e outros dispositivos do Estatuto ou deste Regimento, gozam os dependentes das mesmas prerrogativas dos associados.

§ 2º A prova da condição de dependente é feita mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) no caso do item I, certidão de casamento;
- b) no caso do item II, certidão de nascimento e certidão do termo de tutela;
- c) no caso do item IV, documento que comprove o vínculo;
- d) no caso do item V, comprovação médica.

§ 3º Aquele que perder a qualidade de dependente, só poderá continuar a frequentar a Associação mediante apresentação de proposta dentro das modalidades estabelecidas neste Regimento Interno.

DO REGIME DISCIPLINAR

DAS INFRAÇÕES

Art. 11 - Considera-se infração disciplinar toda ação ou omissão do associado, dependentes e seus convidados que comprometa a dignidade e o decoro, prejudique a eficiência do serviço, cause prejuízo de qualquer natureza e não observe as normas estatutárias ou regimentais da Associação.

Parágrafo único - na aplicação da pena levar-se-á em conta os antecedentes e o grau de culpa do acusado, os serviços prestados à Associação, bem como os motivos, as circunstâncias e as conseqüências da ação ou omissão.

DAS PENALIDADES

Art. 12 - São penas disciplinares;

- I. advertência verbal;
- II. advertência por escrito;
- III. suspensão;
- IV. exclusão;
- V. eliminação.

§ 1º - os associados serão contatados de forma sigilosa e pessoal, assegurado o direito da ampla defesa e do contraditório.

§ 2º as penalidades previstas nos Incisos II, III, IV e V serão aplicadas após o regular processo administrativo, de acordo com o contido neste Regimento Interno e Estatuto Social da Associação.

§ 3º - a pena de suspensão priva o associado de seus direitos, subsistindo as obrigações. Esta pena não poderá ser superior a 180 (cento e oitenta) dias. A perda temporária dos direitos do associado limita-se à pessoa do infrator, podendo, ainda, ser parcial de forma que ao apenado seja proibido do exercício de determinados direitos, especialmente na área em que a infração foi cometida.

§ 4º - o associado ou dependente, enquanto suspenso, não poderá ingressar nas dependências da Associação ainda que a convite de outro associado ou na condição de visitante.

§ 5º - A aplicação da pena far-se-á sem prejuízo da obrigação de indenizar eventuais danos produzidos direta ou indiretamente à associação ou a outro associado.

§ 6º - a reincidência agrava a pena.

Art. 13 - São competentes para aplicar penalidades:

- I. as de advertência verbal: qualquer membro do Conselho de Administração ou os Diretores presentes, com posterior encaminhamento da ocorrência à Comissão Disciplinar;
- II. Advertência por Escrito: Presidente do Conselho de Administração;

- III. Suspensão: Conselho de Administração
- IV. Exclusão e Eliminação: Conselho Deliberativo

Parágrafo único - O julgamento de infração em que esteja incurso membro do Conselho de Administração, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal, será da competência do Conselho Deliberativo.

Art. 14 - São passíveis de punição:

- I. com pena de advertência, os atos que importem em conduta incivilizada aos quais não esteja cominada penalidade mais grave;
- II. com advertência por escrito a:
 - a) reincidência, em uma mesma ocasião, nos atos previstos no item anterior;
 - b) desobediência às determinações e o desacato a qualquer membro do Conselho de Administração ou Diretor;
 - c) agressão verbal a convidado, associado, dependente ou funcionário da Associação;
 - d) embriaguez excessiva e o procedimento atentatório contra a moral e os bons costumes;
- III. com pena de suspensão:
 - a) reincidir em infração já punida com advertência por escrito;
 - b) praticar ato de indisciplina considerado grave;
 - c) infringir disposições estatutárias;
 - d) ceder sua identificação social ou de exame médico a terceiros, a fim de lhes facilitar o ingresso nas dependências da Associação;
 - e) desrespeitar, por palavras ou gestos, membros dos poderes diretivos;
 - a) praticar agressão física, de natureza leve, a convidado, a associado, dependente ou funcionário da Associação.
 - f) manifestar-se em termos ofensivos contra a Associação
- IV. com pena de Exclusão:
 - b) o acúmulo de penas de suspensão igual ou superior a 18 meses;
 - c) o não pagamento há mais de 90 dias, de qualquer débito junto à AABB;
 - d) a condenação por sentença transitado em julgado, por ato de manifesta improbidade, por crime infamante ou contra os bons costumes;
 - e) o dano ao clube e não reparo nos termos deste Regimento;
 - f) a prática, dentro ou fora da Associação, de atos danosos e comprometedores do conceito da Associação;
 - g) a agressão de natureza grave a convidado, a associado, dependente ou funcionário da Associação.
- V. com pena de Eliminação:
 - a) a prática de beneficiar-se, direta ou indiretamente, em razão do cargo que ocupa, com a contratação de pessoa física para execução de serviços à Associação;
 - b) a acusação, não comprovada, a qualquer membro do próprio Conselho ou de outro;
 - c) a infração ao disposto nos artigos que regulam a competência de cada membro que compõe os diversos órgãos da Associação;

- d) qualquer ação ou omissão que possa comprometer o patrimônio, prejudicar a eficiência do serviço ou causar prejuízo de qualquer natureza à Associação;
- e) praticar atos de indisciplina considerados muito graves, assim julgados aqueles que atentem a segurança e integridade física das pessoas ;
- f) for condenado criminalmente com sentença transitada em julgado.

Art. 15 - O associado excluído poderá ser readmitido:

- I. na hipótese do art. 13, IV, b, desde que liquide o débito que motivou a exclusão, acrescido dos encargos estabelecidos pelos órgãos competentes;
- II. nos demais casos, não antes de decorridos 5 (cinco) anos, desde que seja reabilitado pelo Conselho de Administração e Conselho Deliberativo, após o pagamento das devidas taxas.

DO PROCESSO DISCIPLINAR

Art. 16 - O processo referido no art. 11, § 2º, será instaurado pelo Presidente do Conselho Administrativo, com base em relatório de ocorrência emitido por quem presenciou o fato tido como infração, ou por comissão que o tenha avaliado, e submetido a uma Comissão Disciplinar constituída na forma do art. 19, que procederá de acordo com o seguinte rito:

- I. notificará o associado da acusação, por meio de correspondência epistolar, para que ele apresente defesa escrita no prazo de 3 (três) dias úteis, indicando provas e arrolando testemunhas;
- II. após o recebimento da defesa prévia, será designada sessão da Comissão Disciplinar para ouvir o acusado e suas testemunhas, além dos responsáveis pela denúncia e respectivas testemunhas, lavrando-se circunstanciado relato dos fatos;
- III. a falta de apresentação da defesa prévia ou o não comparecimento do associado na reunião, implicará julgamento à revelia;
- IV. os depoimentos, quando for o caso, poderão ser tomados isoladamente;
- V. concluída a fase de instrução do processo, a Comissão Disciplinar emitirá parecer, opinando sobre a absolvição ou sobre a necessidade de aplicação de penalidade, remetendo os autos para o Conselho de Administração.

Art. 17 - O processo administrativo para apurar infrações cometidas por membros dos Poderes da Associação será instaurado pelo Presidente do Conselho Deliberativo, que encaminhará a denúncia ao Conselho Disciplinar por meio de Portaria;

§ 1º - o Conselho Disciplinar procederá de acordo com art. 14 e encaminhará o parecer conclusivo para o Presidente do Conselho Deliberativo;

§ 2º - o julgamento será feito pelo plenário do Conselho Deliberativo, mediante voto da maioria de seus membros.

Art. 18 - Qualquer penalidade imposta deverá ser registrada nos assentamentos do associado, inclusive a aplicada a seu dependente;

Art. 19 - A instauração de processo disciplinar contra dependente menor de 18 anos será comunicada ao associado responsável pelo mesmo, para que acompanhe o feito.

DA COMISSÃO DISCIPLINAR

Art. 20. A Comissão Disciplinar, de caráter permanente, será constituída por 5 (cinco) associados escolhidos pelo Conselho de Administração;

§ 1º - A presidência será definida por seus membros;

§ 2º - A comissão se reunirá com a presença mínima de 3 (três) de seus membros;

DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 21 - O Conselho de Administração realizará reuniões ordinárias, bimestralmente, e extraordinárias sempre que necessárias, convocadas pelo seu Presidente, por seu substituto, ou a requerimento de 3 (três) de seus membros.

Art. 22 - As reuniões serão realizadas com a presença de metade mais um de seus membros e as decisões serão tomadas por maioria de votos dos presentes, cabendo ao Presidente o voto de desempate;

Parágrafo único - Dos trabalhos de cada reunião lavrar-se-á, em documento próprio, ata que será assinada por todos.

Art. 23 - A presença às reuniões será anotada em documento próprio, perdendo o mandato o membro que faltar a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 5 (cinco) alternadas, sem justificativa de motivos.

DO PRESIDENTE

Art. 24 - Ao Presidente compete, além das atribuições constantes do art. 20 do Estatuto Social:

- I. Dirigir a Associação, superintender, coordenar e fiscalizar o funcionamento de todos os segmentos do Conselho de Administração para a consecução de seus objetivos;
- II. Homologar a criação de novos departamentos ou diretorias em cada vice-presidência bem como a nomeação dos novos Diretores;
- III. Submeter ao Conselho de Deliberativo a criação de novas Vice-Presidências para deliberação;
- IV. Aprovar, com anuência dos demais integrantes do Conselho de Administração, a celebração de Convênios com outras entidades.

DAS VICE-PRESIDÊNCIAS

Art. 25 - Além das atribuições constantes do Estatuto e de outras fixadas pelos órgãos deliberativos e administrativos, compete a cada vice-presidente:

- I. nomear "ad referendum" do Conselho de Administração os diretores de sua área;
- II. assinar com o Presidente do Conselho de Administração a correspondência de sua área;
- III. elaborar a escala de férias dos funcionários de seu setor, compatibilizando-a com a dos demais setores;
- IV. elaborar, em conjunto com o Conselho de Administração, o orçamento anual de sua área e fiscalizar a sua execução;
- V. regulamentar, com o Conselho de Administração, o uso de equipamentos e da prática das diversas atividades da sua área de atuação, não contempladas neste Regimento Interno.

Art. 26 - Compete a cada Vice-Presidente especificamente:

- I. Ao Vice-Presidente Administrativo:
 - a) nomear "ad referendum" do Presidente do Conselho de Administração, os diretores de sua área;
 - b) substituir o Presidente do Conselho de Administração em seus eventuais afastamentos de acordo com o estatuto;
 - c) cuidar do controle geral dos serviços da Secretaria bem como do encaminhamento da correspondência recebida e expedida;
 - d) cuidar da administração das relações da Associação com seus empregados, relativamente à admissão, treinamento, demissão bem como fixar os horários de trabalho, folgas, férias, rodízios, etc., dos empregados de sua área e, em conjunto com as demais Vice-Presidências dos empregados a elas vinculados;
 - e) supervisionar os serviços e atendimento dos restaurantes, dos bares e similares;
 - f) cuidar da emissão das carteiras sociais e convites, bem como do acesso dos associados acompanhantes e convidados à Associação;
 - g) cuidar dos aspectos legais dos contratos, minutas de documentos, recibos, etc. nas relações da Associação com terceiros de qualquer natureza;
 - h) manter sob sua guarda e responsabilidade os documentos relativos às Assembléias Gerais e de atas das reuniões do Conselho de Administração, a documentação legal da Associação e o controle de licenças, alvarás e outros exigidos pelos poderes competentes;
 - i) elaborar o relatório anual da Associação a ser remetido ao Conselho Deliberativo;
 - j) propor ao Conselho de Administração valores e taxas pela utilização de instalações e serviços da Associação, mantendo o controle de sua cobrança;
 - k) exercer, quando delegado pelo Presidente do Conselho de Administração, a representação da Associação em juízo ou fora dele;
 - l) zelar para que todas as comunicações se processem por escrito;
 - m) supervisionar a elaboração e publicação do jornal informativo da Associação e demais publicações culturais e sociais;
 - n) orientar e supervisionar os serviços de manutenção e conservação dos bens móveis e imóveis da Associação;

- o) elaborar anualmente o inventário do patrimônio da Associação com a apropriação das perdas e depreciações;
- p) supervisionar, juntamente com as demais vice-presidências, o uso dos bens e equipamentos à disposição das mesmas, propondo ao Conselho de Administração a responsabilização de associados ou empregados pela sua perda ou danos resultantes de seu uso anormal;
- q) assinar com o Presidente do Conselho de Administração a correspondência de sua área;
- r) elaborar o orçamento anual de sua área e fiscalizar a sua execução

II. Ao Vice-Presidente Financeiro

- a) nomear "ad referendum" do Presidente do Conselho de Administração, os diretores de sua área;
- b) substituir o Presidente do Conselho de Administração, na ausência do Vice-Presidente Administrativo;
- c) efetuar o controle dos serviços de tesouraria;
- d) cuidar da programação e da execução da movimentação financeira dos recursos da Associação;
- e) coordenar o fluxo de recursos para as demais vice-presidências, de acordo com o orçamento anual e receber as prestações de contas;
- f) controlar a execução dos serviços de natureza contábil e financeira prestados por terceiros à Associação;
- g) cuidar e ter sob sua guarda os livros e documentos que envolvam a movimentação financeira da Associação.

III. Ao Vice-Presidente Social e Cultural:

- a) nomear "ad referendum" do Presidente do Conselho de Administração, os diretores de sua área;
- b) Planejar, organizar e supervisionar a realização de eventos, atividades sociais, culturais e de lazer;
- c) supervisionar a contratação de artistas, conjuntos musicais, etc. para exposições ou animação de eventos nas dependências da Associação, bem como da prestação de serviços vinculados, tais como decoração, serviços de terceiros, etc.;
- d) orientar e supervisionar, em conjunto com as demais Vice-Presidências, as atividades sociais e culturais em eventos por elas patrocinados;
- e) elaborar, em conjunto com o Conselho de Administração, o calendário anual de eventos sociais e culturais;
- f) organizar as atividades de áreas específicas como o setor jovem, departamento feminino, etc;
- g) incrementar o desenvolvimento artístico e cultural dos associados;
- h) promover a realização de cursos, treinamentos, palestras, conferências e demais atividades de lazer cultural;
- i) orientar e supervisionar concursos e exposições ou qualquer outra atividade artística ou cultural, propondo incentivos e premiações;
- j) integrar as ações de sua área às das demais vice-presidências da Associação;

- k) orientar e supervisionar o funcionamento da biblioteca, traçando a política de aquisição de publicações e livros além de propor ao Conselho de Administração a adoção de taxas para a sua utilização;
- l) representar, individualmente ou com o Presidente do Conselho de Administração, a Associação, nos eventos sociais e culturais;

IV. Ao Vice-Presidente de Esportes;

- a) nomear "ad referendum" do Presidente do Conselho de Administração, os diretores de sua área;
- b) organizar e supervisionar a realização de eventos esportivos bem como de atividades destinadas formação e treinamento de atletas;
- c) organizar e propor ao Conselho de Administração o calendário anual de eventos esportivos da Associação;
- d) representar a Associação junto a entidades desportivas oficiais;
- e) indicar ao Conselho de Administração para contratação, pela Associação, de técnicos, treinadores, juizes, massagistas, etc. das diversas modalidades esportivas;
- f) coordenar e supervisionar os horários de funcionamento das diversas instalações esportivas;
- g) coordenar e supervisionar as atividades dos diversos departamentos e fiscalizar o cumprimento dos regulamentos específicos;
- h) orientar, por solicitação dos demais Vice-Presidentes, o uso das instalações esportivas nos eventos por eles organizados;
- i) propor ao Conselho de Administração valores de taxas pela utilização de instalações, materiais e serviços de sua área;
- j) adquirir, com a anuência do Conselho de Administração, os diversos materiais (bolas, camisetas, uniformes, etc) utilizados na prática das diversas modalidades esportivas;
- k) elaborar com o Vice-Presidente Administrativo a escala de férias dos funcionários do setor;
- l) assinar com o Presidente do Conselho de Administração a correspondência de sua área;
- m) elaborar o orçamento anual de sua área e fiscalizar a sua execução.

V. Ao Vice-Presidente de Aposentados;

- a) planejar, organizar e supervisionar as atividades de lazer, esportivas, sociais e culturais para os aposentados;
- b) elaborar, em conjunto com o Conselho de Administração, o calendário de eventos voltados para os aposentados;
- c) planejar, juntamente com as demais Vice-Presidências, a compatibilização dos espaços físicos e emprego de pessoal específico na realização dos eventos programados;
- d) promover jantares, se possível, com palestras dirigidas à terceira idade;

DO FUNCIONAMENTO DA ASSOCIAÇÃO

Art. 27 - A Associação funcionará em horários fixados pelo Conselho de Administração.

Parágrafo único - A critério da Presidência e/ou das Vice-Presidências os horários poderão ser excepcionalmente prorrogados quando da realização de eventos esportivos, sociais, culturais e recreativos.

Art. 28 - O acesso às dependências do clube só será permitido mediante apresentação da carteira social, de autorização provisória ou de convite na portaria do clube.

Art. 29 - Os convidados poderão ingressar no Clube, em dias normais de funcionamento, mediante apresentação do convite e devidamente identificados por documento de fé pública, com foto, na secretaria ou portaria do Clube;

§ 1º – O associado titular terá direito a uma quota de convites anualmente, sem custos, a ser utilizada segundo critérios estabelecidos pelo Conselho de Administração.

§ 2º – O associado é responsável pelos atos praticados por seus convidados.

Art. 30 – Os associados de outras Associações Atléticas Banco do Brasil e do Satélite Esporte Clube quando em visita ao clube obedecerão aos mesmos critérios definidos para convidados, além de outras normas que venham a ser estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Art. 31 - Não será permitido o ingresso de animais, salvo no caso de exposições;

Art. 32 - Não serão permitidas manifestações de caráter religiosas, raciais ou político partidárias no recinto do clube.

DA SECRETARIA

Art. 33 - À Secretaria compete registrar e controlar todos os serviços, inclusive quanto aos empregados, atendendo aos associados, seus dependentes e convidados para quaisquer esclarecimentos relacionados com as atividades do clube.

DOS EMPREGADOS

Art. 34 - A critério do Conselho de Administração, poderão ser promovidas atividades sociais, culturais, desportivas e recreativas de interesse dos empregados da Associação.

Art. 35 – É vedado aos empregados da Associação serem admitidos no quadro de associados do clube.

Art. 36 - Cabe aos empregados, devidamente identificados, cumprir e fazer cumprir as disposições que lhes forem transmitidas relativas à disciplina, moral e segurança dos associados e de seus bens.

DO FUNCIONAMENTO DOS DEPARTAMENTOS

BARES E RESTAURANTES

Art. 37 – Caberá ao Conselho Administrativo:

- ✓ fiscalizar o funcionamento dos bares e restaurantes, lanchonetes e similares;
- ✓ controlar os preços do bares restaurantes, lanchonetes e similares;
- ✓ acompanhar se o quadro de funcionários dos bares, restaurantes, lanchonetes e similares atende à demanda, principalmente nos finais de semana;
- ✓ verificar a satisfação do associado quanto a prestação de serviços dos bares, restaurantes, lanchonetes e similares.

Art. 38 - Os serviços do bar e restaurante devem atender aos usuários com toda a cortesia, observando higiene rigorosa e praticando preços compatíveis com o mercado, sujeitos a aprovação do Conselho de Administração, supervisionados pela Vice-Presidência Administrativa.

Art. 39 - Os serviços de bares ou restaurantes serão administrados e explorados pela Associação ou por terceiros por meio do regime de arrendamento.

§ 1º - O arrendamento se fará com empresa do ramo, legalmente estabelecida, e de idoneidade e capacidade financeira comprovadas.

§ 2º - Do contrato deverão constar além das cláusulas normais para tais serviços outras específicas quanto ao uso dos espaços cedidos, prévia homologação de preços guarda e conservação dos bens e equipamentos da Associação, despesas de conservação, ressarcimento de danos causados etc.

§ 3º - A arrendatária deverá exibir mensalmente à Associação os recibos de pagamento dos impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas de sua responsabilidade.

DOS SALÕES DE FESTAS

Art. 40 - O salão de festas será utilizado nas programações sociais e culturais.

Art. 41 - Os convites, ingressos e as reservas de mesas para os eventos sociais e culturais deverão ser adquiridos pelo associado, na secretaria do Clube ou em outro local previamente estabelecido.

Parágrafo único - O acesso de não associados para eventos sociais e culturais estará sujeito ao pagamento de taxa previamente estabelecida pelo Conselho de Administração;

Art. 42 - O salão de festas poderá ser locado para solenidades fora da programação das atividades do Clube, mediante o pagamento de taxa pré-estabelecida pelo Conselho de Administração;

§ 1º - Do contrato de locação do salão de festas deverá constar cláusula que responsabilize o locatário por qualquer dano causado ao Clube, decorrente do uso de suas instalações.

§ 2º - O uso das instalações será limitado às áreas estritamente necessárias ao evento, sendo vedada a utilização das demais dependências do Clube.

BARRACAS E DEMAIS ÁREAS PARA EVENTOS

Art. 43 - Ao associado é permitido utilizar as áreas do clube para a realização de festividades particulares, desde que não impeça a utilização das áreas comuns por qualquer outro associado, podendo o Conselho de Administração cobrar taxa, previamente estabelecida, para sua utilização.

Parágrafo Único - A utilização de área para eventos e festividades particulares depende de reserva prévia.

DO PARQUE AQUÁTICO

Art. 44 - O exame médico é obrigatório e deverá ser renovado de conformidade com os preceitos definidos pelos órgãos de saúde pública, facultado ao Conselho de Administração a sua dispensa, desde que não infrinja preceito legal.

Parágrafo Único - É irrecorrível a qualquer instância do clube a decisão médica vedando o uso da piscina;

Art. 45 - Para o ingresso no parque aquático é obrigatória a apresentação da carteira social ou pulseira, acompanhada do comprovante de realização do exame médico, este quando exigido pelo clube.

Art. 46 - Deverá o associado ou dependente submeter-se a novo exame médico, mesmo que o prazo de sua ficha não tenha expirado, caso venha a adquirir moléstia infecto-contagiosa ou qualquer ferimento;

Art. 47 – O acesso do convidado se dará mediante o pagamento de taxa, definida pelo Conselho de Administração e/ou realização de exame médico

Art. 48 - A frequência de menores no parque aquático será mediante acompanhamento e responsabilidade de seus pais ou responsáveis.

Art. 49 - Todo o usuário do parque aquático deverá observar as normas de utilização e segurança dispostas em sua área.

Art. 50 - É proibido no parque aquático:

- I. empurrar ou carregar pessoas para atirá-las na água;
- II. simular lutas;
- III. praticar desportos sem acompanhamento de profissional do clube;
- IV. usar sabonetes, bronzeadores ou similares;
- V. praticar atos contra a boa higiene;
- VI. utilizar qualquer tipo de boias, exceto na piscina infantil;
- VII. utilização de vestiário em desacordo com as normas estabelecidas pelo clube;
- VIII. desobedecer demais normas de utilização e segurança estabelecidas pelo clube .

DA SAUNA

Art. 51 - O Clube poderá instituir taxas para que os associados e os seus dependentes usem a sauna, visando cobrir as despesas necessárias ao seu funcionamento.

Parágrafo único - O convidado pagará o valor definido pelo Conselho de Administração.

Art. 52 - Por medida de precaução, os freqüentadores deverão observar as recomendações médicas afixadas no local;

DO TENIS DE QUADRA

Art. 53 - O usuário é obrigado a vestir uniforme adequado, obedecida a regulamentação pertinente divulgada pela área de esporte, que será parte integrante deste regimento.

Art. 54 - A utilização da quadra depende de prévia inscrição do interessado;

Parágrafo único - para inscrição o associado deverá estar presente, munido de sua carteira social;

DO SALÃO DE JOGOS

Art. 55 – A utilização do espaço e de seus equipamentos obedecerá as normas estabelecidas pela área de esportes e outras afixadas no local .

DO CAMPO DE FUTEBOL, GINÁSIO DE ESPORTES, QUADRAS DE VÔLEI E DEMAIS ÁREAS DE PRÁTICAS DESPORTIVAS

Art. 56 - Todo o espaço esportivo, destinado a uso exclusivo do associado, deverá seguir as regras pré-estabelecidas pelo Departamento de Esportes.

Parágrafo Único – Deve-se compreender como espaço esportivo, os campos de futebol, o ginásio poliesportivo, as quadras de tênis, as quadras de areia as

salas de jogos e outros destinados a atividades esportivas, todos supervisionados pelo Departamento de Esportes.

Art. 57. Para a prática do futebol a AABB disponibiliza os campos existentes em sua sede, com as seguintes prioridades de uso:

- I. equipes da AABB, em preparação para torneios programados;
- II. equipes da AABB, para treinamento;
- III. associados e seus dependentes, em dias e horários estabelecidos pelo Departamento de Esportes;
- IV. associados e seus dependentes em dias e horários não ocupados, mediante prévia autorização.

Parágrafo único - As equipes da AABB serão formadas apenas com jogadores associados ou dependentes, observado os regulamentos específicos das competições.

Art. 58. Os jogos serão praticados em conformidade com as regras oficiais, que poderão ser alteradas para se adaptarem às realidades específicas de categoria ou grupo praticante do esporte, conforme determinado por um Conselho Técnico e Disciplinar, salvo em competições oficiais promovidas pela FENABB.

§ 1º - O Conselho Técnico e Disciplinar, presidido pelo Vice-Presidente de Esportes, será formado por quatro associados, com seus respectivos suplentes, em dia com suas obrigações com a AABB, todos assíduos praticantes da modalidade esportiva, que terá as seguintes atribuições:

- I. Proceder as alterações nas regras do futebol, adaptando-as às situações específicas das diversas categorias de praticantes;
- II. Decidir sobre caso de indisciplina em campo, relatado por jogador e mais duas testemunhas no mínimo;
- III. Decidir sobre conduta antiesportiva ou antissocial, dentro do campo ou nas suas áreas contíguas, relatadas por árbitro ou duas testemunhas oculares no mínimo, observado o que dispõe o inciso IV deste parágrafo;
- IV. Propor à Comissão Disciplinar, para cada caso de indisciplina, conduta antiesportiva e conduta antissocial, a aplicação da penalidade cabível.

§ 2º - São consideradas condutas antiesportiva ou anti-sociais:

- I. Desistir de jogar;
- II. Abandonar o jogo, estando em condições físicas normais, desfalcando a equipe;
- III. Não aceitar revezamento na posição de goleiro, quando a equipe não tiver jogador para a posição;
- IV. Dizer palavrões e/ou fazer gestos ofensivos;
- V. Rebelar-se contra a decisão da maioria dos jogadores, democraticamente tomada, resultando com isso a não realização de uma partida de futebol ou a sua paralisação;

- VI. Não ficar disponível para jogo em outro horário, quando preterido em sorteio no qual tenha sido inscrito, salvo quando houver no mínimo oito jogadores para um próximo jogo;
- VII. Envolver-se em briga corporal;
- VIII. Envolver-se em discussão da qual tenha surgido desavença irreconciliável entre os envolvidos;
- IX. Praticar ato ou ofensa de que resulte abandono de associado da AABB;
- X. Outras condutas antiesportivas ou anti-sociais assim entendidas com tais pelo Conselho Técnico e Disciplinar

§ 3.º - Na proposição da pena, o companheirismo e a boa educação esportiva serão considerados como fatores atenuantes. Reiteradas expulsões de jogos ou condutas antiesportivas e sociais, serão consideradas como fatores agravantes.

Art. 59 - Os atletas, associados e dependentes são responsáveis pelos materiais que lhes forem entregues para jogos, treino ou lazer obrigando-se a indenizar a Associação no caso de dano ou extravio.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 60 – O Conselho de Administração poderá definir áreas passíveis de locação, estabelecendo previamente critérios e valores a serem cobrados, desde que não prejudique a programação das atividades do clube.

Art. 61 – As mensalidades dos associados serão reajustadas anualmente, sempre no mês de fevereiro, corrigidas por índice estabelecido pelo Conselho de Administração, com a aprovação do Conselho Deliberativo.

Art. 62 – Caberá também ao Conselho de Administração a expedição de normas regulamentadoras para disciplinamento de utilização dos espaços do clube

Art. 63 - Os casos omissos e as dúvidas suscitadas serão resolvidos pelo Conselho de Administração, ouvido o Conselho Deliberativo.

Art. 64 - Os regulamentos que vierem a ser aprovados para disciplinar modalidades não previstas neste Regimento dele passarão a fazer parte integrante sob a forma de anexos.

Art. 65 - Este Regimento, aprovado na reunião do dia 06/12/2017 do Conselho Deliberativo, entra em vigor nesta data.